

DEMOCRACIA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Pedro Malina¹

ORCID - 0000-0002-2719-4875

Resumo: Neste artigo, procuro relacionar a desigualdade e a competição, entendidas como elementos centrais da governamentalidade neoliberal, e a democracia, compreendida como governo político de ampliação de participação na política e como forma do Estado no Ocidente. Além disso, busco mostrar como as relações de políticos neoliberais com grupos historicamente conservadores viabilizaram as políticas neoliberais de Estado, buscando exemplos nos governos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e de Donald Trump, nos EUA.

56

Palavras-chave: Neoliberalismo. democracia. governamentalidade. conservadorismo.

¹ Professor nas áreas de Sociologia e Ciência Política; doutor pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da PUC-SP, na área de concentração Política, com bolsa do CNPq. Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, na área de concentração Política, com bolsa CAPES e, posteriormente, CNPq. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Tecnologia; Neoliberalismo; Democracia; Governamentalidade. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Arte, Mídia e Política (NEAMP). E-mail: pedromalina@gmail.com

Abstract: This article establishes the connection between inequality and competition, understood here as central elements of the neoliberal governmentality, and democracy, understood here as a political government that broads the participation in politics and as a kind of State in the western world. Besides, it shows how the connection between neoliberal politicians and conservative groups historically allowed neoliberal State policies, looking for examples in the administration of Jair Bolsonaro in Brazil and Donald Trump in the USA.

57

Key-words: Neoliberalism. democracy. governmentality. conservatism.

Resumen: En este artículo trato de relacionar la desigualdad y la competencia, entendidas como elementos centrales de la gubernamentalidad neoliberal, y la democracia, entendida como un gobierno político para ampliar la participación en la política y como una forma de Estado en Occidente. Además, busco mostrar cómo las relaciones de los políticos neoliberales con los grupos conservadores históricamente han viabilizado las políticas de Estado neoliberales, buscando ejemplos en los gobiernos de Jair Bolsonaro en Brasil y Donald Trump en Estados Unidos de América.

Palavras-clave: Neoliberalismo. democracia. gubernamentalidad. conservantismo.

Neste artigo, discutiremos a relação entre a governamentalidade neoliberal² e a democracia, buscando entender como a desigualdade, a antipolítica e a aliança com os novos conservadores estão fortalecendo essa governamentalidade e enfraquecendo a democracia. Aqui, buscamos entender de que forma a governamentalidade neoliberal, em suas diversas facetas, ataca a democracia. Para isso, o texto inicia com uma rápida exposição conceitual, para depois discutir os efeitos da desigualdade promovida pela governamentalidade neoliberal; mostrar a relação entre essa governamentalidade e a visão antipolítica; e, por último, mostrar as atuais relações entre neoliberais e neoconservadores.

Para iniciarmos uma discussão sobre qualquer assunto precisamos deixar claro do que estamos falando, especialmente quando se trata de conceitos polissêmicos. Por essa razão, abordaremos aqui dois conceitos que se encaixam nessa definição: democracia e neoliberalismo. Ambos são largamente utilizados em trabalhos acadêmicos, imprensa tradicional (jornais, revistas, televisão e rádio), além de redes sociais e conversas do dia a dia. Tudo isso dificulta a discussão a ser tratada aqui, mas não a impossibilita.

A governamentalidade neoliberal se baseia na desigualdade e na competição. Essa desigualdade se estende além do econômico, ela existe na subjetividade individual, na visão que temos de sociedade, ocupando espaços e levando a duras consequências para nós e para a vivência em nosso planeta (DARDOT e LAVAL, 2016).

Na análise de Michel Foucault (2008), a substituição da troca pela concorrência que os autores ordoliberais fazem em relação ao liberalismo clássico, além da desnaturalização do mercado e, posteriormente, o desenvolvimento da teoria do capital humano, é fundamental para o funcionamento da governamentalidade neoliberal. Para que a competição entre os atores no mercado ocorra, a desigualdade se faz necessária como elemento de estímulo, como forma de dividir ganhadores e perdedores nesse jogo e para trazer o risco na concorrência. Para que isso ocorra passam a acontecer mudanças na subjetividade dos indivíduos

² Para tratar do neoliberalismo iremos abordá-lo como governamentalidade, conceito criado por Michel Foucault. Governamentalidade, para Foucault, trata-se da conduta das condutas, ou seja, daquilo que estabelece como serão geridas e moldadas as condutas individuais e coletivas, passando pelo Estado, mas não se atendo a ele. Essa não é uma novidade nos estudos sobre neoliberalismo. Além do próprio Foucault, outros autores (BROWN; LEMKE; DARDOT; LAVAL; DEAN) já trouxeram essa abordagem.

que precisam se ver como competidores autônomos e livres, aceitar o risco dessa disputa e, com isso, aceitar a desigualdade.

Diversos autores fazem uso da palavra democracia (RANCIÈRE, 2010) para designar o sistema de governo dominante no mundo ocidental, e outros para designar um sistema utópico que nunca foi posto em prática. Aqui, optamos por trabalhar com um conceito que não está em nenhum desses dois grupos, já que não consideramos serem os melhores para a abordagem da democracia que teremos neste artigo e sua relação com o neoliberalismo. A democracia não é nem o realismo cético e somente formal, em que é difícil estabelecer o limite do que é ou não uma democracia, dos autores que pensam somente em como a democracia moderna funciona (muitas vezes como a única opção de modelo de governo ou a melhor forma de governo entre opções ruins); nem é o governo do povo pelo povo, em sentido utópico, um sistema de governo que nunca aconteceu e que talvez nunca acontecerá, compreendido por autores que buscam um sistema perfeito.

O conceito de democracia proposto por Jacques Rancière não considera a democracia como um sistema formal de governo, nem como uma forma de viver, mas como um governo cuja distinção entre mandantes e mandados não advém de um critério anterior, buscando aumentar a abrangência de quem pode participar da política.

Jacques Rancière em seu texto “Does democracy means something?” (2010) inicia discussão sobre o que é democracia a partir de uma questão de disputa nas definições: se a democracia é um modo de vida ou um sistema de governo. A análise da democracia como modo de vida a vê como um governo do povo e para o povo, um autogoverno da população, em que suas demandas devem ser respondidas pelo governo. De acordo com o autor, essa forma é idealista, já que enxerga a democracia como um governo radical do povo que não foi visto nem na democracia moderna nem na democracia dos antigos.

Já a visão da democracia como sistema de governo entende que este deve mediar e organizar demandas dentro de uma estrutura política formal de representação. O representante serviria como moderador entre a vontade do povo e a realização dessa vontade, ou seja, o sistema de governo serviria para limitar as demandas do povo, colocando prioridades e formas nessas demandas.

É no encontro dessas duas visões que o autor encontra o paradoxo da democracia: modo de vida de autogoverno do povo com um sistema que deve

limitar essa demanda diante das possibilidades colocadas na conjuntura existente. Por um lado, o povo deve mandar; por outro, sua autoridade precisa ser controlada. Alguns autores neoliberais, inclusive, baseiam-se nessa necessidade de controle das demandas como um dos papéis do Estado (SLOBODIAN, 2018).

Rancière aprofunda ainda mais a questão dizendo que o paradoxo da democracia é o paradoxo da política: “In other words, the standard way of stating the democratic paradox, according to which democracy is a form of life that democratic government has to repress, suggests a more radical paradox. This paradox, I submit, is that of politics itself.” (2010, p. 50). Esse paradoxo da política vem da compreensão de que a política estabelece a base para o exercício do poder, o critério para que o poder institucional possa ser exercido. E a democracia nos traz uma resposta singular para essa pergunta:

Why a paradox? Because the institution of politics seems to provide an answer to the key question as to what it is that grounds the power of rule in a community. And democracy provides an answer, but it is an astonishing one: namely, that the very ground for the power of ruling is that there is no ground at all. (RANCIÈRE, 2010, p. 50)

Os tipos de regime político definem quem vai mandar e quem vai obedecer, a partir de um critério prévio. A democracia não tem critério prévio, o que pode permitir que todos participem da política. Por não colocar um critério de quem pode praticar a política, a democracia não é nem um modo de governo idealista, nem um sistema de governo específico, mas um “governo político” (RANCIÈRE, 2010), pois é a política o que amplia o limite de si, e a democracia faz esse papel de aumentar os números de sujeitos inseridos na política, recrudescendo as possibilidades de atores políticos, por meio de, por exemplo, o sufrágio universal, o estímulo à participação política, as possibilidades de autogestão etc.

Então, a democracia aqui é entendida como um processo que expande o político, misturando o social e a política, abrindo mais oportunidades para diversos sujeitos participarem de temas a serem deliberados, um aumento também da esfera pública. Essa diversificação de sujeitos e pautas traz para o jogo político o dissenso, característica importante para a política de acordo com o autor, pois para ele a política é uma forma de lidar com o dissenso e com o outro, e o processo democrático é radical nisso por ser uma maneira de lidar sempre com o outro que se inclui na política.

In my own work, I have tried to conceptualize democratic practice as the inscription of the part of those who have no part - which does not mean the 'excluded' but anybody whoever. Such an inscription is made by subjects who are 'newcomers', who allow new objects to appear as common concerns, and new voices to appear and to be heard. In that sense, democracy is one among various ways of dealing with otherness. (RANCIÈRE, 2010, p. 60)

A democracia é um modo de lidar com o outro, um processo que deve ampliar cada vez mais os limites da participação política e decisória. Durante o século XX, vimos diversas lutas para que grupos que não tinham voz na política comesçassem a ser incluídos, tais como os não proprietários, as mulheres, negros, homossexuais, transsexuais etc. Esse não é um processo finito. O processo democrático deve ampliar cada vez mais seus limites, já que outros sujeitos surgirão ou já estão presentes como sujeitos de fora da política, no sentido da participação e da deliberação, mas não são excluídos em relação aos efeitos e às consequências da política e do Estado.

Vamos agora à relação entre a democracia, não como sistema de governo ou modo de vida, e a governamentalidade neoliberal, a partir de dois eixos centrais: a desigualdade e a antipolítica. A desigualdade é uma das bases para o funcionamento do neoliberalismo, já que é por ela que a competição entre os agentes acontece e é a partir dessa competição que passamos a perceber a sociedade como pequenos núcleos independentes e autônomos. De acordo com Wendy Brown:

(...) inequality, not equality is the medium and relation of competing capitals. When we are figured as human capital in all that we do in every venue, equality ceases to be our presumed natural relation with one another. Thus, equality ceases to be an a priori or fundament of neoliberalized democracy. (2015, p. 38)

Agora, de que forma essa desigualdade interfere no funcionamento do processo democrático descrito por Rancière?

Vimos como a democracia é um processo de expansão da política, incluindo, cada vez mais, grupos dentro dela e levando à possibilidade de negociação a partir do dissenso e do outro. A desigualdade faz com que os sujeitos não possam participar da vida política e separa a classe política do resto da sociedade, gerando

um abismo entre os que têm boa parte do poder deliberativo dentro do Estado e os que não têm acesso a ele.

A relação entre desigualdade e democracia pode ser pensada a partir de vários ângulos. Aqui, vamos nos centrar na desigualdade econômica, que interfere diretamente na capacidade de influenciar as decisões do sistema político e fecha as portas para uma ampliação da participação que define a democracia.

Efeitos da desigualdade na democracia

Diversos trabalhos analisam os efeitos da desigualdade nos regimes democráticos atuais, já que existe uma crescente desigualdade econômica nos países do centro do capitalismo, especialmente na Europa ocidental e nos Estados Unidos (HACKER; PIERSON, 2005; BARTELS, 2008; WINTERS; PAGE, 2009; PAGE; BARTELS; SEAWRIGHT, 2013; GILENS, 2014; entre outros). Para pensarmos os efeitos da desigualdade no funcionamento da democracia, tomemos como base o estudo realizado por Derek A. Epp e Enrico Borghetto, em 2018, relacionando suas conclusões com a teoria, ou seja, à governamentalidade neoliberal e ao conceito de democracia de Rancière.

No citado estudo, os autores pesquisaram os dados de desigualdade e de agenda do Legislativo (projetos de leis e leis) de nove países europeus (Bélgica, Dinamarca, França, Hungria, Itália, Holanda, Portugal, Espanha e o Reino Unido), para tentar compreender se havia alguma relação entre os tipos e a variedade de projetos e leis e o aumento da desigualdade. Seus resultados são bastante interessantes para pensar quais as consequências do estímulo neoliberal à desigualdade. Chama a atenção primeiro o resultado de outras pesquisas que os autores trazem já no início do artigo:

In all likelihood, rising inequality increases the influence of economic elites as political parties become more dependent on the support of the rich (Bartels 2008), and lower-income groups that would benefit from redistribution become discouraged and less inclined to participate politically (SOLT, 2008; ROSENTHAL; MCCARY; POOLE, 2006)” (BORGHETTO; EPP, 2018, p. 2).

Nota-se a primeira relação entre a desigualdade e o processo democrático em que, quanto maior a desigualdade, menos os grupos mais pobres se sentem encorajados a participar da política. Essa falta de vontade de participar da política

institucional pode levar a uma espécie de “fobia política”, como algo a se manter distância, não conversar sobre o assunto, não procurar saber mais etc. As palavras política e politicagem parecem, por vezes, terem o mesmo sentido. Essa falta de participação abre espaço para um sistema mais elitista, muitas vezes mais perto de uma oligarquia do que de uma democracia – uma oligarquia em que o dinheiro equivale a maior participação e capacidade decisória na política.

Entendemos que o processo democrático é um processo de inclusão de grupos na política e, nessa relação, podemos perceber o quanto a desigualdade, base para a concorrência neoliberal, afasta grupos da política, aumentando a influência das elites. Nesse ponto, então, a governamentalidade neoliberal afasta as pessoas da atuação política, indo em caminho contrário à democracia, enfraquecendo-a e restando o processo de ampliação da política. Diferentemente de Rancière, que opta pelo conceito de relações de dominação e não pelo termo elite, que lhe parece pouco preciso para dar conta dos efeitos da desigualdade.

Conforme a desigualdade cresce, parece aumentar a influência das elites nos governos democráticos e, especialmente, no Legislativo. Mesmo a desigualdade sendo um tema de interesse da população – em pesquisa de 2014, o Pew Research Center mostrou que 91% dos europeus veem a desigualdade como um grande problema, e 69% de respondentes de um *survey* da mesma instituição acreditam que o governo deve fazer algo a respeito da desigualdade (BORGHETTO; EPP, 2018) –, essa demanda não se reflete na ação política institucional. Os autores enxergam que existe uma influência das elites para barrar projetos e leis que buscam diminuir a desigualdade e que essa influência pode se dar de três formas não excludentes entre si:

1. Os próprios legisladores fazem parte da elite e não têm interesse nesse tipo de projeto;
2. A elite e os grandes grupos de interesse corporativo fazem grande parte das doações de campanha que colaboram com a eleição dos candidatos;
3. A elite e os grandes grupos de interesse corporativo têm mais acesso aos legisladores, podendo fazer maior pressão sobre eles.

Levanto aqui uma quarta forma que é o uso da imprensa por essa elite, de modo a pressionar os legisladores e formar a opinião pública. É importante observarmos que o tema da desigualdade é de interesse da população e, por isso, poderia levar à (re)eleição de políticos profissionais, ou seja, seria do interesse deles

abordar esse assunto, mas, mesmo assim, a questão não é enfrentada. Podemos entender, então, que a pressão das elites consegue superar a pressão social e a possibilidade de vencer eleições. Novamente observamos que a desigualdade exclui a vontade da maior parte da população de participar politicamente, indo contra a expansão do processo democrático, enfraquecendo a democracia.

Outra conclusão importante do artigo é que, quanto maior a desigualdade, menor a diversidade das políticas. Para chegar a essa conclusão, os autores dividiram os projetos de lei e as leis em cinco categorias: economia (inclui projetos ou leis ligados a macroeconomia, trabalho, comércio interno e internacional); ordem social (inclui projetos e leis ligados à segurança pública, imigração, defesa nacional); rede de segurança social (inclui projetos ligados à Saúde, Educação, moradia, previdência social) e outras. A diminuição da diversidade de leis indica também uma participação maior na política de alguns grupos sociais e a diminuição de outros, com outras preocupações e demandas, atingindo diretamente o processo democrático.

Para finalizar as relações entre desigualdade e democracia trazidas por esse estudo, Borghetto e Epp (2018) verificaram que, quanto maior a desigualdade, menor o número de leis sobre a rede de segurança social e o aumento de leis sobre a ordem social. Portanto, a desigualdade não só atravança a democracia, mas também alimenta a própria desigualdade, indo de encontro à governamentalidade neoliberal, em que o Estado não deve interferir nas questões de seguridade social para não influenciar na competição entre os agentes que devem ser autônomos, não precisando de ajuda do Estado. Quanto mais desigualdade, menor a ajuda estatal e, por consequência, há aumento da própria desigualdade, criando um mecanismo de reprodução dessa lógica. A partir dos dados, os autores fizeram uma projeção de vinte anos e, no quinto ano, aplicaram um aumento na desigualdade, chegando à seguinte conclusão:

Notice that the model predicts a rapid decline in the percentage of total laws on social safety-net topics. By the tenth year, attention to these topics has stopped declining, but it never recovers to pre-shock levels. We also observe an increase in the percentage of laws dealing with social order topics (...) (BORGHETTO; EPP, 2018, p. 17).

O Estado como competidor

O papel do Estado no neoliberalismo é, então, garantir a competição entre os diferentes agentes e não interferir nesse processo. De acordo com Dardot e Laval: “(...) o processo negativo do Estado que cria seres assistidos e o processo de mercado que cria empreendedores criativos” (2016, p. 137). Se o Estado intervir vai gerar “seres assistidos”, pessoas que dependem do Estado e que não vão participar da competição de forma “justa”. Por exemplo, ao criar uma lei que garante uma porcentagem da entrada de negros na universidade, o Estado estaria gerando um desbalanço na competição entre os agentes, desconsiderando qualquer situação prévia ou diferenças anteriores, colocando para disputar agentes com condições diferentes como se estivessem na mesma situação, criando o que chamo de uma horizontalização forçada.

Na governamentalidade neoliberal, o Estado passa ter o papel também de competidor e deve ter condições de disputar o investimento de capital internacional com os outros Estados, tornando-se também um agente na rede distribuída de disputa. Esse é um processo de economização do Estado, que leva a um enfraquecimento do que é público em favor do privado, e altera as funções estatais:

When such economization configures the state as the manager of a firm and the subject as a unit of entrepreneurial and self-investing capital, the effect is (...) to transpose the meaning and practice of democracy concerns with equality, freedom, and sovereignty from a political to an economic register. (BROWN, 2015, p. 41)

Para conseguir vencer essa concorrência, o Estado deve também seguir as regras de mercado, nas finanças públicas, na gestão de dívidas etc. Somente assim os Estados são capazes de atrair o capital financeiro internacional. Essa gestão pública é chamada de “boa governança”: “(...) respeita às condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura de fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração ao mercado mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276). Essa mudança de lógica, do governo para a governança, altera a hierarquia centralizada para um governo mais enredado, já que a governança ocorre de forma local, a partir dos problemas de gestão, e não do centro para as pontas (BROWN, 2015).

Esse novo modelo de Estado deve ser eficaz e bem gerenciado, ou seja, é preciso cortar gastos com programas sociais que atrapalhem a competição, enxugar

a folha de pagamento, realizar privatizações, entre outras ações. Os Estados serão avaliados por agentes externos a partir de índices econômicos mundiais, que medem a segurança do investimento nesses países. Além disso, o Estado passa a ser visto como ineficiente, moroso, burocrático e, por isso, o modelo de gestão deve vir do mercado.

Esse funcionamento do Estado vai formar um Estado intrinsecamente conectado com a economia, como coloca Lazzarato: “É aqui que é gerada uma nova concepção da soberania, na qual não se pode mais distinguir a economia do Estado, o poder político da força do capital e a governamentalidade da soberania” (2017, p. 96).

Podemos concluir que o Estado, dentro da governamentalidade neoliberal, realiza um papel importante de estruturar o cenário para que o poder circule. Ao mesmo tempo, deve seguir as mesmas regras dos empreendedores de si, novamente desconsiderando qualquer diferença no momento da competição. O Estado passa a ter objetivos estritamente econômicos, dificultando a ampliação da política, que define a democracia. A governamentalidade neoliberal cria um novo sujeito chamado de *homo oeconomicus*, que será seu objeto de investimento e de governo. A emergência desse novo sujeito vai eclipsar o *homo politicus*, sujeito da democracia. Foucault afirma: “O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 181). Para resolver sua questão, a governamentalidade neoliberal tenta reduzir a função da política e aumentar a função da economia, além de procurar entender a política por meio da economia. O próprio governo passa a ter como objetivo o sucesso econômico do país, e é a partir desse viés que ele será analisado como um governo de sucesso.

A percepção do Estado como lento, excessivamente burocratizado e ineficiente, valoriza o estilo de gerenciamento empresarial, trazendo consigo a lógica da governança. Governança, como já colocado anteriormente, é entendida como uma forma de gerenciar recursos (incluindo o humano) para resolver de maneira mais eficaz os problemas (eficiência entendida aqui nos moldes neoliberais), sem olhar para quais são esses problemas, suas causas ou as decisões por trás deles. Na governança, perde-se o fim e foca-se no processo, misturando público e privado, Estado e empresa. Além disso, o cidadão passa a ser visto como cliente.

Brown afirma:

Above all, governance reconceives the political field as a field of management or administration and reconceives the public realm as a domain of strategies, techniques and procedures through which different forces and groups attempt to render their programs operable. (2015, p. 127)

Esse olhar em “estratégias, técnicas e procedimentos” retira o foco da decisão política, da deliberação como função do Estado. O Estado passa a ser um solucionador de problemas por meio do consenso e não do dissenso, algo essencial no conceito de democracia de Rancière. Parece não haver interesses ou forças diferentes, somente grupos procurando acabar com os problemas. A finalidade já está resolvida e não passa pela política.

A governança vem repleta das chamadas “boas práticas de governança” que devem ser seguidas para que a finalidade seja alcançada, sem pensar ou negociar esse objetivo. Esse processo de enredamento maior do Estado vem acompanhado também de uma responsabilização distribuída. Assim como faz com os empreendedores de si, a governamentalidade neoliberal retira o peso do coletivo, atribuindo a responsabilidade aos funcionários públicos locais. Se alguma política de Estado não funciona, é porque o funcionalismo é incompetente e incapaz de seguir as “boas práticas” de governança, “(...) contemporary neoliberal governance operates through isolating and entrepreneurializing responsible units and individuals (...)” (BROWN, 2015, p. 129). Noções de coletividade também se perdem ao responsabilizar as partes como independentes e, ao eliminar elementos estruturais da sociedade da análise, perde-se a noção de público e de sociedade.

Esse método colocado como mais eficiente faz parecer que se trata de um procedimento sem nenhum tipo de visão política, sem uma conduta específica. O modo de se chegar ao resultado, em vez do objetivo, passa a ser central. O objetivo não está em discussão, somente a forma de se chegar até ele. Pensemos no caso do currículo da Educação pública. Podemos partir do princípio de que a Educação deve estar voltada para o mercado, ou seja, para a empregabilidade. Nesse caso, a governança deve garantir que o número de egressos empregados seja o maior possível, da forma mais barata possível. O que se ensina, como se ensina ou que tipo de indivíduo está se formando não está em discussão, muito menos se o objetivo da Educação deve ser o emprego.

As práticas da governança são vistas como técnicas e não políticas. Por isso, seriam mais efetivas para a resolução de problemas. Elas seriam apolíticas e

nisso estariam seus maiores méritos: na suposta neutralidade voltada ao sucesso do empreendimento. A governança aparece, então, como uma forma de substituir a política e a democracia pelo consenso do resultado esperado.

A governamentalidade neoliberal vai além de excluir a noção de política. Ela tenta excluir a noção de sociedade, já que esta passa a ser vista somente como indivíduos interligados, como uma rede distribuída. Ao isolar o indivíduo, tomado como um empresário de si, ao borrar a divisão entre público e privado, parece não sobrar nada além do indivíduo e, no máximo, sua família. Se como empreendedor de si o sujeito é responsável individualmente pelo seu sucesso e fracasso, a sociedade ou o Estado não tem um papel fundamental na sua vida, gerando também um desinteresse ou aversão pela política, então, “(...) a vida é determinada pela genética, responsabilidade pessoal e competição no mercado” (BROWN, 2019, p. 57). Portanto, é notório que, sem a sociedade, sobra-nos o mercado.

Brown nos diz como o neoliberalismo busca reduzir a noção de social e, por consequência, minar a própria democracia: “O ataque neoliberal ao social (...) é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (2019, p. 39). O ataque ao social, à democracia e à política vem de cima e de baixo.

A desvalorização do político contribui para a emergência de movimentos conservadores e antidemocráticos, normalmente baseados em soluções de “fora da política”, os chamados candidatos, grupos ou movimentos antisistêmicos, que pregam um neoliberalismo autoritário, um governo reduzido e forte, como já colocava a antiga primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Surge, então, uma visão do Estado como inimigo das liberdades individuais, do mercado e da moralidade tradicional.

Conservadores nos costumes e liberais na economia

O caso de Jair Bolsonaro é bastante emblemático, já que ele representaria os novos conservadores, e o seu ministro da economia, Paulo Guedes, representaria os ideais liberais, trabalhando como técnico e não político. Bolsonaro chegou a afirmar, no ano de 2018, que “não entende mesmo de economia” e, durante toda a campanha eleitoral, reforçou que as diretrizes econômicas seriam dadas por seu futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, reafirmando as características

técnicas e não políticas da economia. Esse tipo de discurso vai ao encontro da lógica antipolítica da governamentalidade neoliberal.³

Alguns elementos são importantes para pensar como a aliança entre neoliberais e conservadores voltou com força, não apenas nos Estados Unidos. Entre eles, a visão de opressão dos valores tradicionais pelo Estado; a perda da laicidade estatal; a proteção das tradições. Desenvolveremos esses temas nos parágrafos a seguir.

Vamos iniciar pelo elemento central da aliança entre novos conservadores sociais e neoliberais no passado: a família. De acordo com Brown (2019), ambos os grupos entendem o avanço do Estado em assuntos ditos privados como um problema moral que leva à dissolução da família e ao intervencionismo estatal. Para esses grupos, assuntos previamente entendidos como públicos, como Educação, Saúde, previdência social, entre outros, devem ser decididos de forma privada, individualmente.

O currículo escolar determinado pelo Estado ou a vacinação obrigatória, por exemplo, passam a ser questionados e vistos como intervenções do Estado na vida pessoal da família e dos indivíduos, ou seja, uma interferência excessiva. Anos de uma governamentalidade que vê a sociedade como a união de indivíduos ou famílias, que diminui a ideia de coisas públicas ou coletivas e que aumenta a desconfiança do Estado e da democracia, levam ao fortalecimento desse conjunto de ideias. Soma-se a isso o que é chamado de “sociedade do politicamente correto”, em que formas de discriminação e preconceito não são mais aceitas, e temos a visão de que o Estado e a sociedade obrigam as pessoas a agirem de uma determinada forma e atacam as tradições do homem branco, heterossexual e provedor, que também se sente de fora dos programas sociais dos governos de suas nações.

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, fez uso do discurso da não intervenção do Estado nas escolhas das famílias durante as eleições vencidas por ele em 2018 – e permanece se valendo dessa fala. São discursos que pregam, por exemplo, o fim da chamada “ideologia de gênero” nas escolas, já que quem deveria decidir sobre a educação sexual dos filhos seriam os pais e não o Estado. Outra questão importante para ele é a da vacinação para a Covid-19, que, de acordo com o presidente, não poderia ser obrigatória, novamente deixando nas mãos da

³ Fonte: <<https://oglobo.globo.com/brasil/exclusivo-nao-entendo-mesmo-de-economia-afirma-jair-bolsonaro-22908268>> Acesso em: 29 jan 2020.

família e do indivíduo a decisão de se vacinar ou não, mesmo que a vacinação seja uma questão coletiva. Obrigar o indivíduo a tomar a vacina seria uma intervenção excessiva do Estado na vida do cidadão.

Essa visão do avanço do Estado e da própria sociedade sobre os valores tradicionais serve para justificar a discriminação de minorias e ideais de supremacia branca de grupos que se identificam como conservadores nos costumes. Para eles, o Estado não deveria obrigar ninguém a conviver ou aceitar pessoas que não comungam dos mesmos valores ou mesmo a aprender sobre outras culturas e formas de pensar. Para eles, brancos não deveriam ser obrigados a conviver com negros; famílias cisgênero e heterossexuais não deveriam ser obrigadas a conviver com pessoas LGBTQT+, da mesma forma que seus filhos não deveriam necessariamente aprender conceitos científicos que diferem das suas crenças religiosas.

Esse enfoque na decisão individual de questões coletivas pelos políticos conservadores vai ao encontro do pensamento neoliberal de que o Estado não deve decidir sobre essas questões, incentivando a política do *voucher*, em que cada família ou indivíduo receberia uma quantia em dinheiro para usar com serviços como Educação, Saúde, previdência social etc. Assim, cada um poderia decidir que tipo de serviço contratar, sem a intervenção do Estado, e famílias que desejam manter seus valores tradicionais não seriam obrigadas a usar serviços que não vão ao encontro de seus ideais misóginos, racistas, homofóbicos etc.

Em 2017, após uma manifestação de grupos de extrema direita, caracterizados pelo racismo, antissemitismo e nacionalismo, na cidade de Charlottesville, o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez algumas falas justificando as ações violentas do grupo Proud Boys⁴, dizendo: “Havia gente má num lado e também muito violenta no outro” e que “havia pessoas muito boas nos dois lados”⁵. Quando foi pedido que o ex-presidente condenasse as ações dos Proud Boys em um debate para as eleições estadunidenses em 2019, Trump afirmou: “Proud Boys, retrocedam e esperem”⁶.

Tudo isso recairia sobre a temática da proteção da liberdade individual. Brown afirma sobre os Estados Unidos:

⁴ O grupo denominado Proud Boys foi fundado no ano da eleição de Donald Trump, 2016, e é composto somente por homens. Seus ideais incluem supremacia branca, nacionalismo, misoginia e anti-islamismo.

⁵ Fonte: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-01/proud-boys-o-grupo-de-ultradireita-so-de-homens-que-trump-se-negou-a-condenar.html>> Acesso em: 29 jan. 2020.

⁶ Ibidem

Os tipos de coisas que agora são enquadradas como proteção a liberdade individual incluem: o direito de agências de adoção e de empresas de impressão em camisetas de discriminar pessoas LGBT, o direito de centros de crise da gravidez de mentir sobre o aborto e a contracepção, o direito de legislaturas de realizar sessões de oração cristãs, o direito de professores e estudantes cristãos de evangelizar dentro de sala de aula, e o direito de um professor universitário de referir-se aos estudantes pelos pronomes de escolha *dele*, e não *del@s*. (BROWN, 2019, p. 135)

A proteção da liberdade individual passa, então, a ser um ponto de luta conjunta entre novos conservadores e neoliberais.

Essa proteção também passa pela liberdade religiosa, que é usada para justificar a presença de símbolos religiosos em prédios públicos, além de justificar ritos religiosos cristãos em Câmaras Legislativas, ações do Executivo, entre outras situações na quais deveria prevalecer a laicidade do Estado.

Para levar esses ideais antidemocráticos para dentro do Estado, neoliberais e novos conservadores escolheram candidatos, como já vimos, ditos antisistêmicos, ou seja, candidatos que dizem romper com os grupos e partidos políticos tradicionais e com as práticas corruptas e politicamente corretas da política institucional. Esse discurso serve a uma população cada vez mais desconfiada do Estado e que acredita que este deve interferir o mínimo possível em suas vidas, influenciadas também pela lógica antipolítica da governamentalidade neoliberal (BROWN, 2019).

Esses líderes são vistos como pais de família com características autoritárias e que vão governar a nação como uma família, e o território como uma casa, e terão como políticas-chave a segurança contra os inimigos internos (minorias, criminosos, políticos corruptos etc.) e os inimigos externos (imigrantes, comunistas, empresas “estrangeiras”, terroristas etc.).

Aqui, encontramos um elemento que pertence à agenda conservadora, mas não à agenda neoliberal, que é o nacionalismo. A livre circulação de bens, capital e mão de obra faz parte do ideário econômico neoliberal, mas não será defendida pelos conservadores, que buscam uma população homogênea em termos étnicos e religiosos. Apesar disso, vemos nesses governos que a livre circulação de capital permanece, mesmo que as outras sejam restritas.

Apesar de não estarem de acordo em todos os pontos, a aliança político-institucional de conservadores e neoliberais ocorre em volta de um inimigo

comum: o Estado, visto como agente do fim das tradições e do livre mercado. Os grupos de apoio do livre mercado viram nesses líderes a capacidade de conseguir votos a partir de um discurso de liderança forte e de uma moral cristã (importante para conquistar o eleitorado religioso, já que hoje a governamentalidade neoliberal também está presente na religião, na chamada teologia da prosperidade)⁷.

Podemos concluir então que esse ideário busca reduzir a democracia a um sistema formal de voto, no intuito de não permitir a ampliação da participação de cada vez mais grupos na política, justificada pelo mercado e pela tradição. “A ferramenta mais poderosa para substituir o governo democrático pelo mercado desregulado e pela moralidade tradicional é a liberdade desatrelada da sociedade e da democracia (...)” (BROWN, 2019, p. 135).

Não é possível falar dos governos de Donald Trump e de Jair Bolsonaro sem mencionarmos a pandemia do novo coronavírus que assolou o mundo em 2020 e continua em 2021. Ambos os governos se caracterizaram pela negação da ciência, levantando dúvidas quanto à gravidade da doença e à efetividade das vacinas, além de indicarem tratamentos não comprovados cientificamente. Além disso, também colocaram em pauta uma suposta escolha entre salvar a economia, prejudicada nesse momento, e a vida de pessoas – escolhendo salvar a economia. Isso se mostra na demora, condenação e inação em relação à instauração da quarentena em ambos os países, o que nos mostra a prevalência do mercado como prioridade mesmo em relação à democracia ou à vida das pessoas.

Podemos perceber que a nova aliança entre neoconservadores e neoliberais coloca em risco a democracia, no sentido de segregar e retirar pessoas, grupos e pautas da política, criminalizando ações de minorias e restringindo os gastos com programas sociais e de apoio à ciência. Mas, além disso, os governos de Bolsonaro e de Trump ameaçaram a continuidade também da democracia formal, dizendo não aceitar o resultado de eleições e estimular a dúvida quanto à idoneidade do processo eleitoral. O governo Trump acabou com a invasão do prédio do congresso estadunidense por grupos e indivíduos que não aceitavam os resultados das urnas e levantavam a hipótese de fraude eleitoral, mesmo sem apresentar nenhum tipo de prova concreta para isso⁸ (foram estimulados pelo próprio ex-presidente,

⁷ A teologia da prosperidade ganhou força na década de 1950, nos Estados Unidos, e prega que a riqueza é um sinal de bênção divina e que a doação para as igrejas e a fé levam a esse enriquecimento.

⁸ Fonte: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/01/07/invasao-ao-congresso-dos-eua-foi-resultado-de-mobilizacao-que-comecou-ainda-em-2020.ghtml>> Acesso em: 29 jan. 2020.

derrotado nas eleições). Jair Bolsonaro tentará se reeleger em 2022, mas já disse que pode não aceitar os resultados das eleições e que vai tomar as ações de Trump como exemplo⁹.

Neste artigo, pudemos perceber como a governamentalidade, a partir de alguns elementos como o estímulo a desigualdade e a antipolítica, está atacando a democracia, entendida como forma política inclusiva. Além disso, os governos que unem a política econômica neoliberal com o novo conservadorismo social estão aprofundando uma cultura antidemocrática, tanto no sentido de dissenso, viver com o outro e aumento da participação na política, quanto no sentido formal do sistema de governo. Estamos vivendo esse processo e não é papel da ciência fazer previsões do futuro, mas a derrota eleitoral de Donald Trump pode ser o indicativo de um enfraquecimento desse pensamento que se identifica como “liberal na economia e conservador nos costumes”. Será necessário observar quais serão os efeitos da pandemia no mundo e aguardar para compreendermos melhor qual será o futuro da democracia.

Referências

BORGHETTO, Enrico e EPP, Derek A. *Economic inequality and legislative agendas in Europe*. In: Congresso APCP, 2018.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

_____. *Undoing the demos*. Nova York: Zone Books, 2015.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. São Paulo: N-1 edições, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. Does democracy mean something? In: *Dissensus: on politics and aesthetics*. London: Continuum, 2010.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

⁹ Fonte: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4898849-invasao-do-capitolio-bolsonaro-diz-que-pode-ocorrer-o-mesmo-no-brasil.html>> Acesso em: 29 jan. 2020.